

**A DINÂMICA POPULACIONAL DAS CIDADES, OU A CIDADE
E AS DINÂMICAS POPULACIONAIS: O URBANO E O
CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO**

Maria Cristina Sousa Gomes

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território,
Unidade de Investigação GOVCOPP - Universidade de Aveiro

mcgomes@ua.pt

Abstract

Com este trabalho “A dinâmica populacional das cidades, ou a cidade e as dinâmicas populacionais: o urbano e o crescimento demográfico”, pretende-se dar início a uma reflexão com vista a encontrar formas de resposta e apreender a relação do crescimento demográfico e o urbano.

Na evolução da população residente em Portugal tem-se verificado uma progressiva concentração urbana, bem como uma maior intensidade da dinâmica populacional. Face a interligação da atracção/concentração populacional e dinâmica demográfica importa analisar a conjugação do urbano e o crescimento populacional com vista a encontrar os factores que impulsionam esta combinação na evolução populacional. Procura-se, assim, perceber se é a cidade por tudo que representa e oferece que tem mais capacidade de atracção de população, ou se pela maior concentração de população, a cidade desencadeia dinâmicas mais intensas. Porém, é igualmente importante perceber se esta relação se circunscreve aos limites da cidade ou se se espraia na contiguidade do espaço urbano.

Introdução

Na evolução da população residente em Portugal tem-se verificado uma progressiva concentração urbana. Paralelamente a esta tendência também a dinâmica populacional tem demonstrado, em Portugal, maior intensidade nas áreas urbanas.

Assim, face à interligação da atracção/concentração populacional e à dinâmica demográfica, interessa analisar a conjugação do urbano e o crescimento populacional com vista a encontrar os factores que impulsionam esta combinação na evolução populacional. Ou seja, importa compreender se é a dinâmica populacional das cidades que se distingue, por ser mais intensa, ou se é a cidade que impulsiona a dinâmica populacional. Nesta conjugação importa ainda ponderar, para além da cidade, o urbano. Apresentada a questão de outra forma, a problemática subjacente é a de perceber se é a cidade – por tudo o que representa e oferece – que tem mais capacidade de atrair a população, ou se, devido à maior concentração de população, é a cidade que desencadeia dinâmicas mais intensas. Porém, é igualmente importante perceber se esta relação se circunscreve aos limites da cidade ou se se espraia na contiguidade do espaço urbano.

Apesar de todo o interesse que esta análise comporta para a compreensão da movimentação populacional no território e das dinâmicas populacionais regionais/locais trata-se de uma resposta difícil de encontrar, uma vez que não está disponível informação que permita proceder a uma análise comparativa continuada e, por isso, consistente. Para além de dispersos, não é possível compatibilizar dados relativos à cidade com os das tipologias das áreas territoriais (Áreas predominantemente urbanas, mediantemente urbanas

e predominantemente rurais). Tão pouco a delimitação da cidade é coincidente com a tipologia das áreas territoriais, ou seja, a cidade pode reunir freguesias predominantemente rurais, predominantemente urbanas ou mediantemente urbanas.

Com este trabalho “A dinâmica populacional das cidades, ou a cidade e as dinâmicas populacionais: o urbano e o crescimento demográfico”, pretende-se dar início a uma reflexão com vista a encontrar formas de resposta e apreender a relação do crescimento demográfico e o urbano. No entanto, por agora, será sobretudo o equacionar das dificuldades e a possibilidade de fixar algumas linhas para a análise que serão debatidas.

Convém desde já esclarecer que, à data da redacção e apresentação (comunicação) deste trabalho, estavam apenas disponíveis os Resultados Provisórios do Recenseamento de 2011. Seguramente que o acesso aos Resultados finais permitirá deslindar muitas das questões formuladas.

1. Evolução da população residente

De 2001 para 2011, de acordo com os Resultados Provisórios do Censo, registou-se um crescimento da população, em Portugal, dos 10.356.117 para os 10.561.614 residentes. Globalmente, correspondeu a um acréscimo de 205.497 indivíduos, traduzindo um aumento de cerca de 2%. É um crescimento ténue e inferior ao registado entre 1991 e 2001 que rondou os quase 5%.

Quadro nº 1. Evolução da População Residente, segundo as NUTS II 2001 -2011

Portugal e NUTS II			Variação	Variação Percentual
	2001	2011	2001/2011 (nº)	2001/2011 (%)
Portugal	10.356.117	10.561.614	205.497	2,0
Norte	3.687.293	3.689.609	2.316	0,1
Centro	2.348.397	2.327.580	-20.817	-0,9
Lisboa	2.661.850	2.821.699	159.849	6,0
Alentejo	776.585	757.190	-19.395	-2,5
Algarve	395.218	451.005	55.787	14,1
Região Autónoma dos Açores	241.763	246.746	4.983	2,01
Região Autónoma da Madeira	245.011	267.785	22.774	9,3

Fonte: INE Recenseamento da População 2001, Resultados Provisórios 2011

No entanto, este crescimento teve oscilações entre as várias NUTS II. É no Algarve, Madeira e Lisboa que se registam os maiores acréscimos populacionais, superiores à média nacional de 14,1%, 9,3% e 6,0% respectivamente. No Centro e Alentejo registam-se perdas populacionais na ordem dos -0,9% e -2,5%, respectivamente. No Norte o acréscimo populacional é o mais baixo entre as NUTS II rondando os 0.1%. Na Região Autónoma dos Açores o crescimento é idêntico ao do País.

Quando analisada esta evolução, de 2001 a 2011, numa escala mais desagregada, verifica-se que este crescimento está centrado, no continente, em três polos no litoral: um conjunto em torno do Porto, de Vila do Conde até Vagos com alguma continuidade até Braga; um outro envolvendo Lisboa e Setúbal, e finalmente um terceiro que compreende o Algarve. Neste processo sobressai, também, a importância, quanto à atracção/retenção de população, dos municípios com pólos urbanos com funções administrativas ou serviços, sedes de concelho/distrito ou na confluência de eixos viários por traduzirem maior vitalidade e dinamismo populacional.

As Regiões Autónomas apresentaram um crescimento significativo que foi particularmente intenso na Madeira, tendo sido Santa Cruz o Município que apresentou a maior variação populacional do País (na ordem dos 45%). De salientar que é na Região Autónoma da Madeira que se localiza uma das maiores cidades portuguesas, o Funchal. De acordo com os dados de 2001, o Funchal era – em função do número de habitantes – a oitava maior cidade do País, com 100.526 residentes, firmando o limite, inferior, entre as cidades com mais de 100.000.

Para além das tendências mais recentes da evolução populacional que demonstram a fragmentação no território pela diminuição dos municípios com capacidade de atracção e/ou retenção de população, não deixa de ser interessante conjugar este processo com a concentração urbana. De facto, ao longo do tempo tem-se verificado um movimento de concentração urbana tal como Pinto e Rodrigues (1997) já demonstram entre 1890 e 1991 e que permanece entre 1991 e 2001, como se apresenta no quadro seguinte.

Quadro nº 2. População residente segundo a dimensão dos lugares em 1991 e 2001

	Total	Em lugares até 1 999 Habitantes	Em lugares de 2 000 a 4 999 Habitantes	Em lugares de 5 000 a 9 999 Habitantes	Em lugares de 10 000 a 19 999 Habitantes	Em lugares de 20 000 a 49 999 Habitantes	Em lugares de 50 000 a 99 999 Habitantes	Em lugares com 100 000 Habitantes ou Mais	População Isolada, Embarcada e Corpo Diplomático
1991	9 867 147	4 787 374	882 251	613 174	849 504	2 414 960			319 884
(%)		48,5	8,9	6,2	8,6	24,5	0	0	3,2
2001	10 356 117	4 395 396	976 292	798 786	996 507	1 163 818	419 375	1 325 094	280 849
(%)		42,4	9,4	7,7	9,6	11,2	4,	12,8	2,7

Fonte: INE Recenseamento da população de 1991 e 2001

De 1991 para 2001 a população residente em lugares até 1999 habitantes diminuiu na ordem dos 8%, verificando-se, em contrapartida, um acréscimo na população residente em lugares de maior dimensão. Assim, a população residente em lugares de 2000 a 4999 habitantes apresenta um acréscimo de quase 11%, a população residente em lugares de 5000 a 9999 habitantes aumenta cerca de 30%, a população residente em lugares de 10.000 a 19.999 aumenta 17% e a população residente em lugares com mais de 20.000 habitantes aumenta 20%.

Embora ainda não seja ainda possível analisar esta evolução relativamente à distribuição da população em 2011, uma vez que ainda não estão disponíveis os apuramentos finais dos dados do Censo, pode, no entanto, estimar-se o crescimento urbano da população portuguesa através a evolução da população residente segundo a tipologia das áreas.

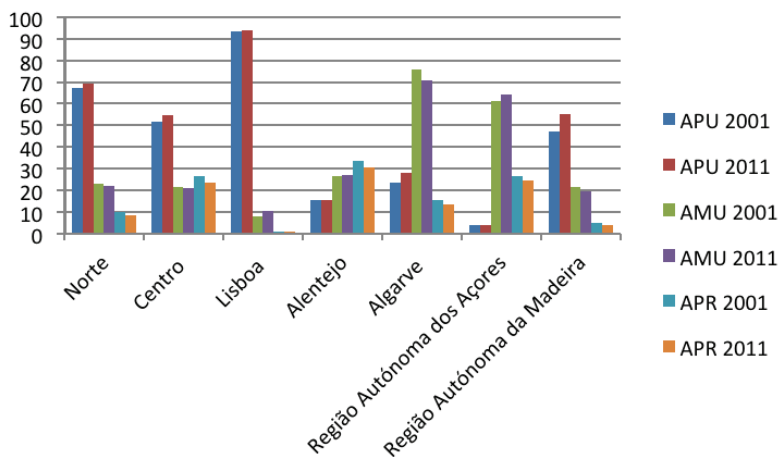
O INE distingue três tipologias de áreas: Área Predominantemente Urbana (APU); Área Mediamente Urbana (AMU); Área Predominantemente Rural (APR) de acordo com as suas características. São conceitos recentes, datam de 2005/2007, e centram-se nos atributos da freguesia para a sua definição. Uma vez que a distinção assenta na dimensão urbana permite uma forma complementar de análise da distribuição e dinâmica da população. Todavia não coincidente com outros critérios.

Comparando a variação da população residente nesta última década e a variação da população de acordo com sua distribuição segundo a tipologia das áreas, sobressai a atracção e conseqüente concentração urbana da população. De 2001 para 2011, registou-se, globalmente, nas NUTS II um aumento da população residente urbana, acréscimo que se torna mais expressivo se se conjugarem as áreas predominantemente urbanas e mediamente urbanas.

Considerando as NUTS II, notam-se oscilações que espelham naturalmente as diversidades/especificidades regionais. Relativamente às áreas predominantemente rurais, de 2001 para 2011, verifica-se em todas as NUTS II uma diminuição da proporção da população residente, com excepção de Lisboa que se mantém estável. Os decréscimos mais acentuados foram os registados na Região Autónoma da Madeira, no Norte e no Algarve.

Já relativamente às áreas mediantemente urbanas no Norte, Centro, Algarve e Região Autónoma da Madeira nota-se uma diminuição de residentes. Em Lisboa, na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo verifica-se um acréscimo da proporção de residentes, nesta tipologia de áreas, tendo sido no Alentejo que se registou o menor destes aumentos. Quanto às áreas predominante urbanas, com excepção do Alentejo e da Região Autónoma dos Açores, regista-se em todas as NUTS II um aumento da proporção de residentes, aumento mais significativo no Algarve, na Região Autónoma da Madeira e no Centro. Convém, no entanto, esclarecer que as diminuições registadas no Alentejo e na Região Autónoma dos Açores representam uma ligeira diminuição da proporção de residentes, em áreas predominantemente urbanas, que terá oscilado, de 2001 para 2011, dos 15,5 para os 15,3% e dos 3,7 para os 3,6% respectivamente.

Quadro nº 3. População residente segundo a tipologia das áreas entre 2001 e 2011¹



Fonte: INE Recenseamento 2001 e Resultados Preliminares de 2011

¹ Este exercício pode comportar ligeiras correcções uma vez que os totais por NUTS II foram obtidos a partir do reagrupamento da população por tipologia de freguesias e da sua progressiva agregação. Em algumas situações havia freguesias por classificar, pelo que não foram contabilizadas. Os totais obtidos não foram, por isso, sempre, de forma absoluta, coincidentes com os totais da população residente apresentada nos censos. Pode ainda haver diferenças pela alteração na classificação das freguesias ao longo do tempo. Os dados trabalhados foram os dos Resultados Preliminares.

Assim e considerando a evolução da população residente não deixa de ser interessante referir que o acréscimo da população em áreas predominantemente urbanas terá sido superior ao acréscimo populacional da NUTS II, 2001/2011, como se poderá verificar no Norte, Centro, Algarve e Região Autónoma da Madeira.

Aliás, é de ressaltar, que tendo a NUTS II Centro perdido população viu aumentar a população residente em áreas predominantemente urbanas.

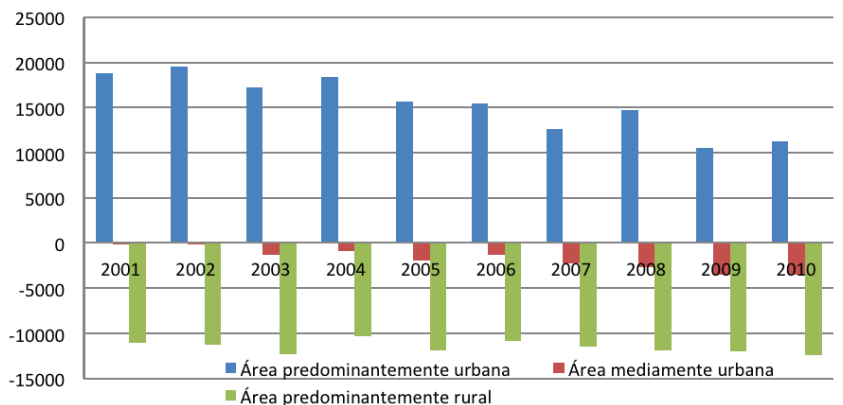
No Alentejo diminuiu o total de população residente, tendo, no entanto, aumentado a população em áreas mediantemente urbanas. Na Região Autónoma dos Açores, o acréscimo de residente em áreas mediantemente urbanas foi superior ao registado na Região.

Complementarmente à distribuição e evolução da população é possível ter alguns dados relativos às dinâmicas naturais, visto que o INE ter disponibilizado alguns indicadores segundo a tipologia das áreas desde 2001, o que permite alargar a percepção das mudanças em curso.

Porém, alguns destes indicadores são permeáveis aos efeitos de estrutura e, por isso, não introduzem informação adicional nem acrescentam novas perspectivas para a análise das trajectórias dos indicadores demográficos de acordo com a tipologia das áreas. Assim, para esta reflexão, considerou-se apenas o saldo natural e respectiva evolução desde 2001 bem como a taxa de mortalidade infantil. Prescindiuiu-se de alguns dos indicadores, nomeadamente das Taxas Brutas, pelas razões já enunciadas.

A dinâmica natural da população, mais concretamente a evolução do saldo natural entre 2011 e 2010, é positiva nas áreas predominantemente urbanas, enquanto nas outras duas tipologias, mediantemente urbanas e predominantemente rurais, o saldo natural é negativo, sendo porém mais intenso nas áreas predominantemente rurais.

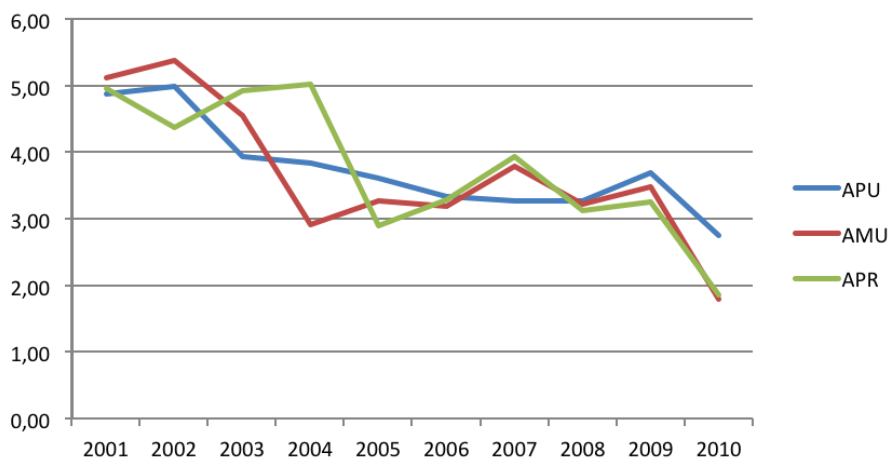
Gráfico nº 1. Evolução do saldo natural (em valor absoluto 2001-2010) segundo a tipologia



Fonte: INE Bases de Dados Territoriais

De 2001 para 2010 a taxa de mortalidade infantil, obtida para as três tipologias de áreas, vai progressivamente convergindo, depreendendo-se uma tendência de uniformização do indicador e, subsequentemente, uma homogeneização dos comportamentos nas diferentes tipologias de áreas.

Gráfico nº 2. Evolução da taxa de mortalidade infantil em Portugal segundo as tipologias das áreas



Fonte: INE Bases de Dados Territoriais

2. Caracterização da população residente nas cidades em 2001

Dos 10.356.117 residentes em Portugal, em 2001, cerca de 4.027.737, encontravam-se em cidades, nas 141 que constituíam, então, o universo das cidades, correspondendo a cerca de 39% do total da população.

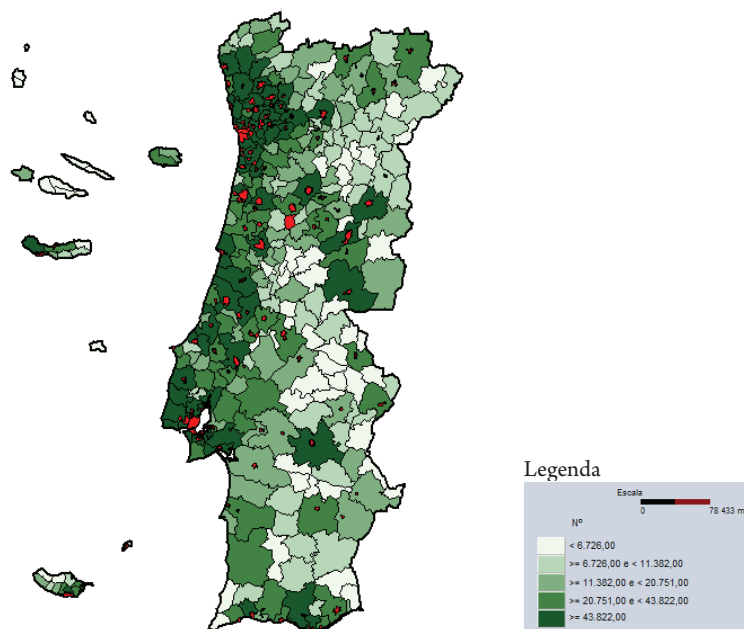
As cidades com maior dimensão, considerando as que reúnem o maior número de residentes são: Lisboa com 564.657, Porto com 263.131, Vila Nova de Gaia com 178.255, Amadora com 175.872, Braga com 109.460, Almada com 101.500, Coimbra com 101.069, Funchal com 100.526, Setúbal com 89.303 e Agualva-Cacém com 81.845. As cidades que reúnem um menor número de residentes são: Lixa com 4233, Mealhada com 4043, Gouveia com 3759, Valpaços com 3737, Oliveira do Bairro 3077, Vila Nova de Foz Côa com 2823, Pinhel com 2578, Praia da Vitória com 2315, Miranda do Douro com 1960 e Santana com 1336.

Portanto, as cidades de maior dimensão situam-se, de uma maneira geral, no litoral, contrastando com as de menor dimensão no interior e nas Regiões Autónomas. Nesta leitura devem fazer-se algumas gradações quer relativamente às de maior dimensão, como acontece com o Funchal, Coimbra ou Braga, quer às de menor dimensão como Oliveira do Bairro e Mealhada. Nestes processos, além da ruptura litoral interior que tem caracterizado a evolução e está subjacente às alterações das dinâmicas demográficas, pesam outros factores de ordem histórica ou de densidade de rede urbana que comporta maior segmentação, como acontece com Mealhada e Oliveira do Bairro.

Independentemente das diferenças quanto à dimensão, pode ressaltar-se que as cidades estão localizadas em concelhos com maior número de residentes, como se pode verificar no seguinte cartograma.

Desde 1981 que se tem verificado que os centros urbanos, capitais de distrito e sedes de concelhos constituem polos de atracção, mas, mesmo que não haja atracção, as cidades têm dado mostras de conseguir atenuar ou reduzir os efeitos das perdas populacionais. Pelo cartograma torna-se perceptível a continuidade desse efeito, uma vez que mesmo nas regiões do interior, mais deprimidas, os concelhos com cidades tendem a reunir um maior número de residentes. Por outro, lado as manchas mais densas, do ponto de vista de concentração de população, reúnem também um maior número de cidades.

Cartograma nº 1. População Residente por município em 2001 com indicação da localização de cidades



Fonte: INE. (2001). As Cidades em Números

Do ponto de vista das estruturas populacionais, em 2001, as cidades, globalmente, tendem a dispor de uma percentagem de jovens ligeiramente menor, embora muito próxima da média nacional. No entanto, em contrapartida, apresentam uma menor percentagem de idosos. A população em idade activa tende a ser proporcionalmente mais expressiva entre as cidades do que no País. Porém, considerando os subgrupos 15-24 anos e 25-64, no primeiro, a representação percentual é idêntica nas cidades e em Portugal, enquanto entre os 25-64 é mais significativa nas cidades. O Índice de Envelhecimento das cidades é menor que o registado no país.

Quadro nº 4. Percentagem de Jovens, de população em idade activa, idosos e índice de envelhecimento em Portugal e nas Cidades em 2001

Grupos de idades	0-14 anos (%)	15-24 anos (%)	25-64 anos (%)	15-64 anos (%)	65 e mais anos (%)	Índice de Envelhecimento (%)
Portugal	16,0	14,3	53,4	67,7	16,4	102
Cidades	15,6	14,3	54,9	69,2	15,2	98

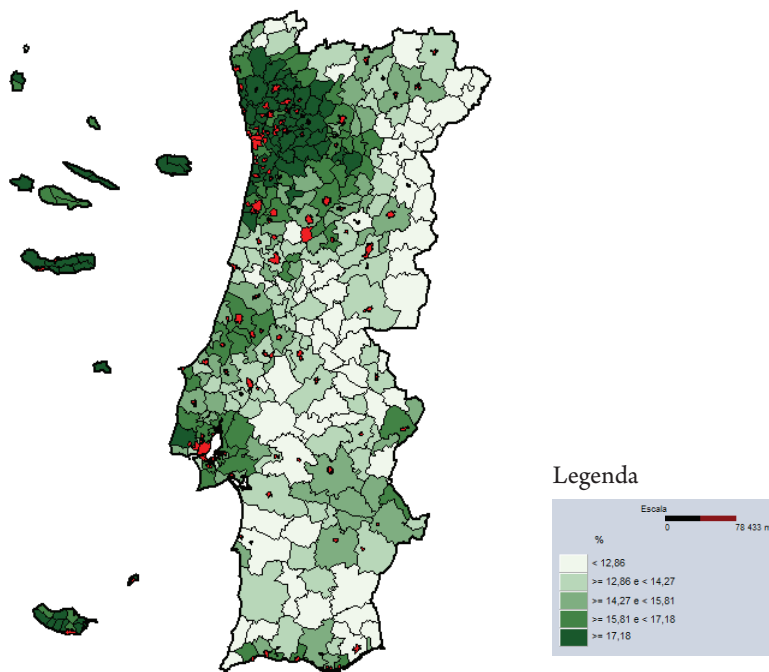
Fonte: INE. (2001). As Cidades em Números

Considerando a proporção de jovens no total das 141 cidades, em 84, esta proporção é superior à média nacional de 16%, e em 7 cidades ronda os 16%. Portanto, nas restantes cidades a proporção de jovens é inferior a 16%, sendo as cidades do Porto, com 13,1%, Gouveia com 12,9%, Lisboa com 11,6% e Barreiro com 11,6% as que apresentam a menor proporção de jovens.

Nas cidades com maior proporção de jovens, em 14, esta proporção é igual ou superior a 20%. São as cidades Câmara de Lobos com 27,4%, Ribeira Grande com 25,2%, Felgueiras com 22,0%, Gandra com 21,5%, Paços de Ferreira com 21,4% Lordelo com 21,3%, Freamunde com 21,0%, Ponta Delgada com 20,9%, Rebordosa 20,7% e Esposende com 20,5% que apresentam as percentagens de jovens mais elevadas. São cidades das Regiões Autónomas e do norte litoral que se reúnem a maior representação de jovens. Em contrapartida as cidades mais envelhecidas na base, por isso com uma menor proporção de jovens, são as de maior dimensão e as que se inserem em regiões mais envelhecidas como sucede com Porto, Lisboa, Gouveia ou Santiago do Cacém.

Porém, quando comparada a proporção de jovens das cidades com a dos municípios em que se localizam, 51 cidades apresentam menores percentagens de jovens relativamente aos municípios, enquanto 90 apresentam percentagens mais significativas do que as dos municípios. De uma forma global, são as cidades dos municípios litorais e das Regiões Autónomas as que têm proporções de jovens inferiores aos municípios. Relativamente aos municípios do interior a relação inverte-se, passando as cidades do interior a apresentar percentagens mais elevadas. Importa ainda mencionar, ao nível dos municípios, que a percentagem de jovens tende ainda a ser menor entre os municípios sem cidades.

Cartograma nº 2. Proporção de jovens em 2001 por município com indicação da localização de cidades

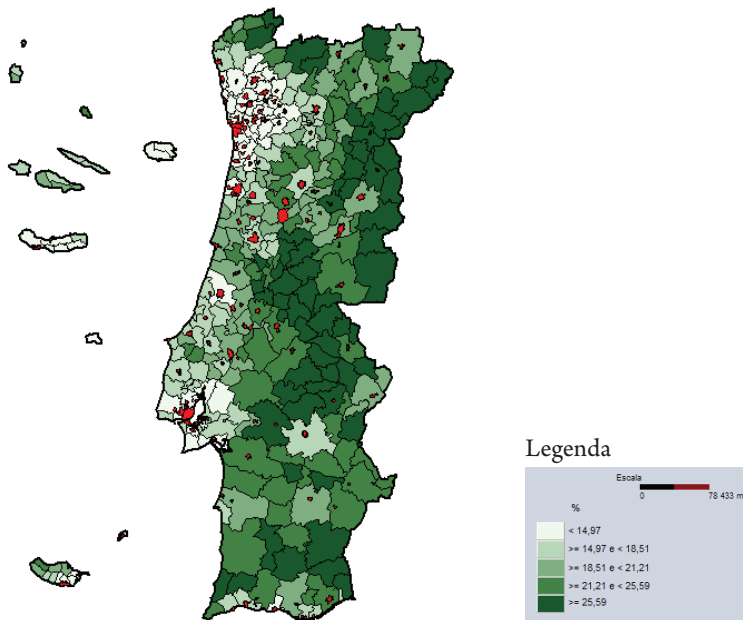


Fonte: INE. (2001). As Cidades em Números

Quanto à proporção de idosos, as cidades tendem a apresentar um menor envelhecimento do que o registado no País: cerca de 94 cidades têm uma proporção de idosos inferior a 16%, das restantes 47 cidades, 6 não ultrapassam os 16,4% que corresponde à proporção do País e 10 não atingem os 17%. As cidades mais envelhecidas no topo são Santa Comba Dão com 21,0%, Montemor-o-Novo com 21,5%, Estremoz com 22,6%, Gouveia com 23,1% e Lisboa com 23,6%. As cidades mais jovens no topo são Póvoa de Santa Iria com 6,0% de idosos, Gandra com 7,2%, Vila Nova de Santo André com 7,6%, Agualva-Cacém com 7,8%, Valongo com 8,0% e Paços de Ferreira com 8,0%.

Não é no interior, onde a proporção de idosos tem uma maior expressão, que as cidades apresentam maior proporção de idosos. Pelo contrário, as cidades tendem a apresentar proporções de idosos inferiores às dos municípios em que se inserem. Nas cidades do litoral e de maior dimensão e as cidades das Regiões Autónomas, mas principalmente na Região Autónoma dos Açores, a proporção de idosos tende a ser mais elevada que a dos municípios em que as cidades se localizam.

Cartograma nº 3. Proporção de idosos em 2001 por município com indicação da localização de cidades

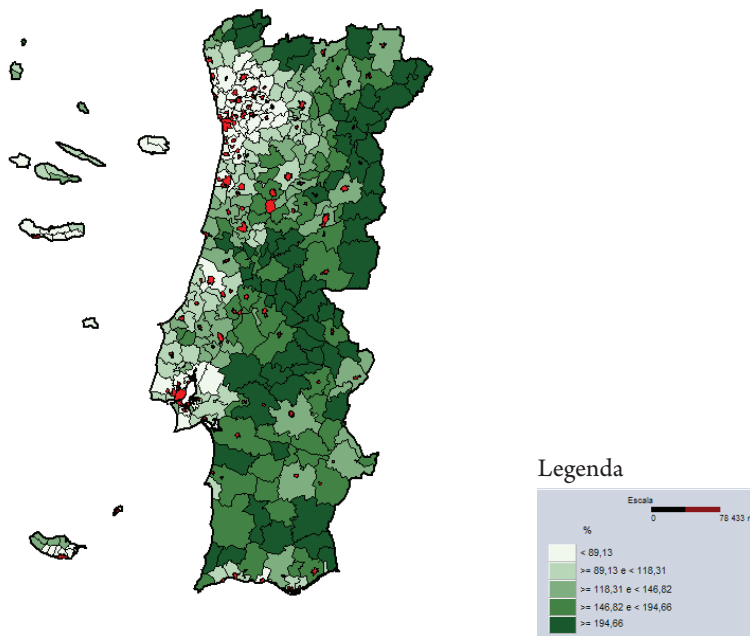


Fonte: INE. (2001). As Cidades em Números

Na sequência da leitura dos indicadores de estrutura, o índice de envelhecimento é menos intenso ao nível das cidades do que no País: em 2001, em Portugal, por cada 100 jovens havia cerca de 102 idosos, enquanto que ao nível das cidades esta proporção não ultrapassa os 98 idosos por cada 100 jovens. É nos municípios sem cidades que o índice de envelhecimento é mais intenso como se pode confirmar no Cartograma. No entanto, em 45 cidades o índice de envelhecimento é superior ao registado no País. São as cidades do Porto com 147 idosos por cada 100 jovens, Montemor-o-Novo com 152, Silves com 152, Santiago do Cacém com 153, Vendas novas e Barreiro com 155, Estremoz com 158, Gouveia com 179 e Lisboa com 203 as que registam um Índice de Envelhecimento mais acentuado. Contudo, com excepção do Barreiro e Vendas Novas, as restantes cidades apresentam índices de envelhecimento inferiores aos registados nos respectivos municípios, ainda que no Porto e Lisboa os valores sejam muito próximos.

As cidades com índices de envelhecimento mais baixos, e com valores substantivamente inferiores aos registados no País, são Câmara de Lobos, com 30 idosos por cada 100 jovens, Póvoa de Santa Iria com 30, Gandra com 33, Paços de Ferreira, com 37, Felgueiras com 39 e Lordelo com 40. O índice de envelhecimento registado nestas cidades é também inferior ao registado nos municípios em que se localizam.

Cartograma nº 4. Índice de Envelhecimento 2001 por município com indicação da localização de cidades



Fonte: INE As Cidades em Números

Síntese final

Para a compreensão da evolução da população portuguesa é importante a compreensão da dinâmica populacional das cidades, bem como a relação entre a cidade e as dinâmicas populacionais, por um lado, e as dinâmicas populacionais e o urbano, por outro. É um todo interrelacionado mas que reflecte a transformação das dinâmicas populacionais e a sua expressão regional e territorial.

Mas se por um lado os indicadores estão dispersos e compreendem dimensões diferentes nem sempre compatibilizáveis, Por outro deixam em aberto algumas particularidades e características populacionais, que deixam antever a necessidade de estimar indicadores complementares que revelem dimensões como as da mobilidade regional e migratória, entre outras. O novo censo de 2011 poderá permitir alguma conjugação nomeadamente pela possibilidade de aprofundar a análise das características e dinâmicas populacionais relativamente à tipologia das áreas, conjugando-as com a análise da evolução das dimensões urbanas. Importa também apurar dados de caracterização das cidades, de forma a dar continuidade aos dados de 2001 e a permitir uma leitura consistente.

Só a partir do relacionamento dos dados das cidades e do urbano será possível apreender factores impulsionadores subjacentes, comuns ou não, transversais ou específicos mas determinantes ao nível das dinâmicas regionais locais.

Ainda que os indicadores sejam desconexos a atracção urbana predomina na evolução demográfica portuguesa, trajectória que se encontra a nível do País mas perceptível também ao nível regional. Trajectórias que suscitam algumas questões como as que advêm das diferenças de tipologias de áreas de atracção e as dinâmicas populacionais/demográficas. Será que se confirma uma uniformização dos comportamentos demográficos e as diferenças quanto à estrutura da população? As cidades em 2001 davam mostras de dinamismo de forma que as estruturas populacionais se mostravam menos envelhecidas, particularmente no topo. Da comparação das características das estruturas populacionais das cidades e dos municípios verificava-se que a cidade constitui um elemento de diferenciação, de atracção, ou com capacidade para atenuar efeitos de repulsão nas regiões deprimidas. Importa perceber se esta tendência se mantém em 2011, se diferentes usos traduzem mudanças de população ou se é a evolução da população que desencadeia diferentes tipos de uso que desencadeiam e despertam outras dinâmicas.

O urbano está para ficar. Mas comportará esse urbano alguma especificidade diferenciadora? Poderão as cidades ou o urbano desencadear/ alterar dinâmicas demográficas nas regiões envolventes? Em última análise, importa perceber se são as cidades que continuam a crescer ou se é o urbano que se propaga.

Bibliografia

Albergaria, Henrique. (1999). A dinâmica populacional das cidades do Continente Português. “*Revista de estatística*” 46 Vol. 2 (2º Quadrimestre 1999), pp. 43-66

Ferrão, João. (2000). Relações entre o mundo rural e o mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. “*Sociologia, Problemas e Práticas*”. Nº 33, pp.45-54

INE. (2001) *A Cidade em Números*.

INE. (2011). *Resultados Preliminares do Recenseamento de 2011*.

INE. (2011). *Resultados Provisórios do Recenseamento de 2011*.

Machado, Paulo. (2004). A emergência do “velho” na cidade – reconfigurações sociais e transformações demográficas nas cidades portuguesas. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4611829ac3510_1.pdf

Rodrigues, Teresa e Pinto, Maria Luís Rocha. (1997). A evolução urbana em Portugal no último século (1890 -1991), “*População e Sociedade*” nº 3, pp.7-22

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto de investigação “Demografia economicamente sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas” DEMOSPIN (PTDC/CS-DEM/100530/2008).

Agradeço o apoio à Fundação de Ciência e Tecnologia, bem como ao Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio (QCA IV-Comissão Europeia) e do Fundo Comunitário Europeu (FEDER).

